

Com impasse, Prof. Besnard fica no cais

Embarcação oceanográfica aguarda processo de tombamento

MATHEUS MÜLLER

DA REDAÇÃO

O navio oceanográfico *Professor W. Besnard* está, desde o ano passado, sob análise de tombamento e, até que a questão seja resolvida, continuará atracado no Porto de Santos - endereço desde 2018. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) pede a remoção do óleo da embarcação. Por outro lado, a Companhia Docas

do Estado de São Paulo (Codesp) afirma que não há riscos de poluição.

O órgão ambiental notificou a Autoridade Portuária a resolver essa questão junto à Prefeitura de Ilhabela. Ela é responsável pelo navio desde 2016, quando a Universidade de São Paulo (USP) o doou.

A partir de então começou um impasse: transformá-lo em museu ou afundá-lo para servir como mais um recife artificial e obser-

vatório de mergulhadores? Em meio a indefinição, o Instituto do Mar (Imar), entrou com o pedido de tombamento, devido à importância cultural.

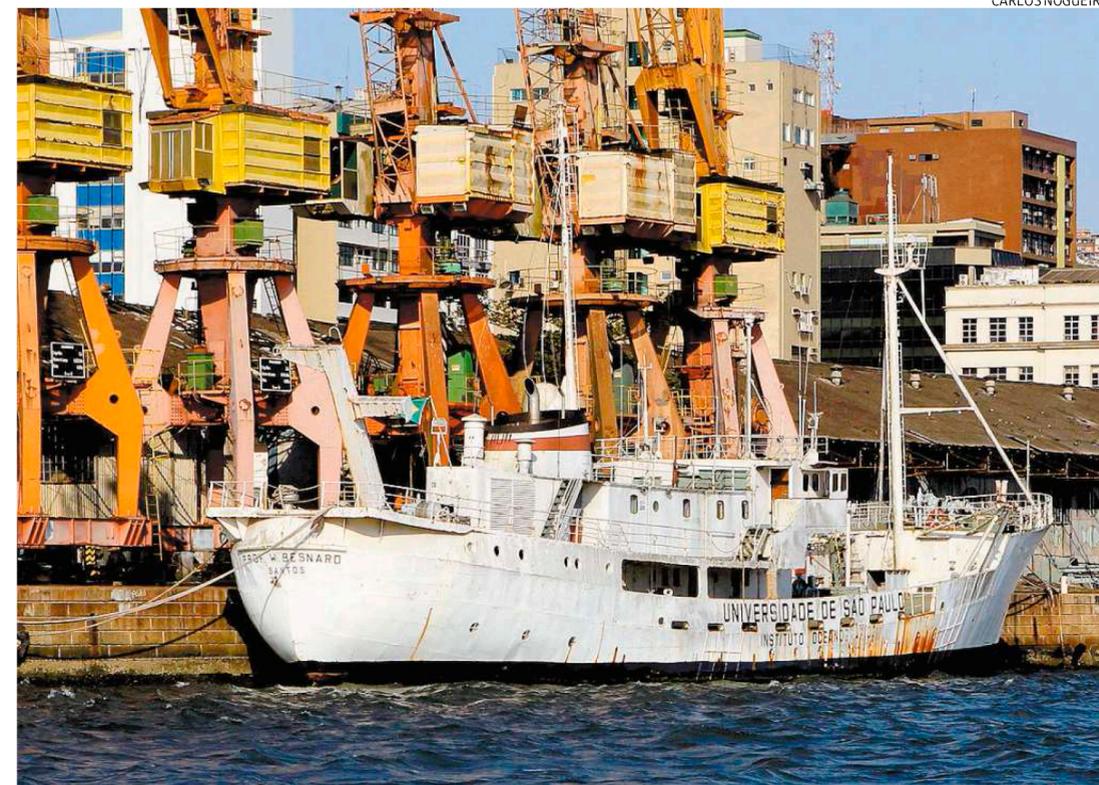
A viagem inaugural do navio ocorreu em 1967. Foram realizadas 150 excursões, com mais de 50 mil amostras coletadas. O fim das atividades ocorreu em 2008, após um incêndio na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

VAI DEMORAR

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (Condephaat) é o responsável pela análise do tombamento. Ao final deste estudo, a questão será avaliada pelo órgão.

O problema é que, com o término do último mandato, não há prazo para novas nomeações de conselheiros. Enquanto isso, a técnica e historiadora do Condephaat, Deborah Regina Leal Neves, diz que as ações continuam. Entre elas, a tentativa de um entendimento entre a Prefeitura de Ilhabela e o Imar.

“Existe a importância



Ibama se preocupa com vazamento de óleo; Codesp pediu à Justiça a retirada de resíduos do navio

cultural (do navio), mas para não conceder o reconhecimento do tombamento e ficar apenas no papel, nos próximos dias vai acontecer uma reunião entre as partes por um consenso”, conta.

Somente após o processo de estudo e a análise do Condephaat é que o responsável pela embarcação poderá decidir sobre a embarcação. Deborah informa que, mesmo tombado, não há impedimentos para ser afundado.

“A questão dá debate. Mas, hoje, ele (navio) é só carcaça. A maior parte do material está na USP”.

RISCO

O Condephaat informa que, diante de um cenário de risco ambiental, não há objeções para a remoção do óleo. A Codesp já pediu à Justiça autorização para o procedimento, serviço de responsabilidade da Prefeitura de Ilhabela. A estatal diz realizar vistorias e que, até o momento, não observou vazamentos.

PROCESSOS

Em nota, a Codesp diz ter ajuizado duas ações, no ano passado, contra a Prefeitura de Ilhabela. A primeira cobra as taxas de atracação e perma-

nência da embarcação no Porto. O processo está suspenso para tentativa de acordo. A dívida é de R\$ 457 mil - sem juros e correção.

No outro processo, a Docas requer tutela de urgência para adoção de medidas que assegurem a fluidez do navio, bem como a retirada dos resíduos oleosos, de eventuais moradores do local e ainda a fixação de multa, por dia, em caso de descumprimento da ordem liminar.

A *Tribuna* entrou em contato com o Imar e a Prefeitura de Ilhabela, mas até o final desta edição obteve resposta.